



**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAPÁ – SR(AP)D  
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO PROJETOS DE  
ASSENTAMENTO**

**Relatório de Análise de Mercados de Terras do  
Estado do Amapá  
(Mercado Regional de Terras Leste e Mercado  
Regional de Terras Oeste)**

Aprovado pelo Comitê de Decisão Regional em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Macapá/AP  
Março-2023



**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAPÁ – SR(AP)  
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO PROJETOS DE  
ASSENTAMENTO**

**Relatório de Análise de Mercados de Terras do Estado do Amapá – RAMT-AP  
(Mercado Regional de Terras Leste e Mercado Regional de Terras Oeste)**

**Responsável pela pesquisa a campo**

Perito Federal Agrário:

Manoel do Socorro Learte Mareco SR(AP)/G

Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário:

Marcio Cley Ferreira Cunha SR(AP)/O

**Elaboração**

Peritos Federais Agrários:

Manoel do Socorro Learte Mareco SR(AP)/G

Allan Vinícios Pires Lisboa SR(ES)/SC

Macapá/AP  
Março-2023

## Sumário

1	Introdução	
2	Descrição e Delimitação Geográfica dos Mercados Regionais de Terras (MRT)	
3	Aspectos da Estrutura Fundiária do Estado do Amapá	
4	Áreas Legalmente Protegidas do Estado do Amapá	
5	Aspectos Gerais dos Mercados Regionais de Terras	
6	Análise dos Mercados Regionais de Terras	
7	Análises dos resultados e Planilha de Preços Referenciais (PPR)	
8	Referência Bibliográfica	

## Lista de Figuras

Figura 01 - Mercados Regionais de Terras do Estado do Amapá: MRT Leste e MRT Oeste.....	5
Figura 02 - Principais Áreas Legalmente Protegidas do Estado do Amapá.....	7
Figura 03 - Vegetação predominante no Estado do Amapá.....	14
Figura 04 -Mapa do MRT Leste evidenciando os municípios.....	16
Figura 05 - Bacias Hidrográficas do MRT Leste.....	17
Figura 06- Principais Áreas Legalmente Protegidas do MRT Leste.....	19
Figura 07 - Principais Infraestruturas do MRT Leste e MRT Oeste.....	20
Figura 8 - Mapa do MRT Oeste evidenciando os municípios.....	24
Figura 9 - Bacias Hidrográficas do MRT Oeste.....	25
Figura 10 - Principais Áreas Legalmente Protegidas do MRT Oeste.....	27

## Lista de Tabelas

Tabela 01 - Municípios Integrantes do MRT Leste.....	15
Tabela 02 - Municípios Integrantes do MRT Oeste.....	25
Tabela 03 - Planilha de Preços Referenciais (PPR) MRT 's Leste e Oeste.....	30

## 1 Introdução

Na concepção de mercado como o ambiente social propício às condições para a troca de bens e serviços, pode-se afirmar que os mercados de terras no Brasil são caracterizados por desigualdades estruturais, decorrentes da concentração de terras em mãos de poucos. Nestas condições, os agricultores com pouca ou sem terra, são excluídos por não conseguirem adquirir terra em decorrência dos elevados preços de mercado.

Diante dessa realidade, de estrutura agrária concentrada e uso não social da terra, não há como o Estado abdicar da possibilidade de se apropriar de conhecimentos e informações da realidade dos mercados regionais de terras a fim de balizar cotação justa e real nos processos de aquisição e destinação de terras.

O desenvolvimento de mecanismos que permitam o acompanhamento periódico e sistemático da dinâmica dos mercados regionais de terras possibilita o planejamento e a mensuração do impacto das políticas públicas de intervenção na realidade agrária brasileira. Qualquer entidade que se proponha a atuar ou intervir nos mercados de terras necessita identificar as variáveis-chaves, bem como obter conhecimentos sobre a formação, evolução e especificidades da dinâmica dos diferentes mercados.

Nessa perspectiva, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desenvolveu uma metodologia para o acompanhamento da evolução dos mercados de terras regionais no Brasil, cuja sistemática de operacionalização está estabelecida em normativas próprias, com detalhamento dos procedimentos técnicos e operacionais para elaboração de uma Planilha de Preços Referenciais (PPR), adotando o pressuposto de que uma PPR não deve ser elaborada isoladamente, fora de um contexto que a explique e a justifique, mas que ela deve ser o resultado de uma ação ampla e fazer parte de um documento de registros e análises de informações, com descrição do produto, não sendo entendida apenas como uma mera planilha.

Assim, a metodologia preconiza a elaboração do Relatório de Análise de Mercados de Terras (RAMT), que é o documento onde deverão estar compiladas as análises e justificativas da dinâmica dos diferentes mercados observados na área de abrangência (Mercados Regionais de Terras), apresentando ao final, como produto dessa análise, a PPR.

No presente caso, o RAMT-AP/2022 é o produto final do estudo da dinâmica e da evolução do mercado de terras no âmbito do estado do Amapá.

Os trabalhos para elaboração do presente relatório foi realizado pelos Perito Federal Agrário (Engenheiro Agrônomo) do quadro de servidores do INCRA, lotados na Superintendência Regional do Amapá com suporte técnico de um (Engenheiro Agrônomo) lotado na Superintendência Regional do Espírito Santo.

A elaboração do RAMT compreendeu várias etapas: **etapa I:** delimitação dos Mercados Regionais de Terras (MRT) por meio de análise de agrupamento (*cluster analysis*) com o objetivo de dividir as áreas de abrangência de cada SR em Zonas Homogêneas que correspondem aos MRT's; **etapa II:** Levantamento de dados e informações disponíveis na SR sobre cada MRT. Pesquisa bibliográfica sobre os MRT's. tipologias de uso conhecidas em cada MRT, as quais confirmadas após as pesquisas de mercado; **etapa III:** pesquisas de mercado nos MRT's; **etapa IV:** definição das tipologias de uso de imóveis para cada MRT e das tipologias de mercado definido e de mercado consolidado; **etapa V:** cálculo do valor médio e do campo de arbítrio para a amostra geral de elementos do MRT e para as tipologias de uso com mercado definido e com mercado consolidado; **etapa VI:** análise dos indicadores do comportamento de mercado; **etapa VII:** elaboração do RAMT e da PPR. **VIII** encaminhamento para o Comitê de Decisão Regional (CDR) para deliberação e; **etapa IX:** encaminhamento do processo à Diretoria de Desenvolvimento para registro.

No cálculo da média geral e do campo de arbítrio dos mercados regionais foram utilizados os valores das amostras das tipologias. As tipologias sem mercado definido compõem o RAMT integrando o cálculo da média geral, porém não estão listadas na PPR. Estas tipologias poderão definir e consolidar mercados futuramente, quando então será calculada a média e o campo de arbítrio específico.

A PPR de cada MRT especifica o Valor Total do Imóvel (VTI) e o Valor de Terra Nua (VTN) segundo as tipologias de uso da terra e é composta pelas tipologias com mercado definido, suas médias e campos de arbítrio, bem como a média e o campo de arbítrio geral do MRT.

Os elementos amostrais foram obtidos pelo Perito Federal Agrário em visitas a imóveis rurais no mês de agosto a dezembro de 2022, compondo-se de negócios realizados, ofertas e opiniões fundamentadas em todo Estado.

Após o devido registro e publicação, a PPR estará apta para ser utilizada como parâmetro de VTI e VTN para obtenção de terras nos processos coordenados pelo INCRA que serão incorporadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária (desapropriação e

compra), bem como de alienação de terras públicas (titulação de imóveis rurais em processos de regularização e legitimação fundiária).

No entanto, é necessário ressaltar que a PPR é apenas uma referência e que em casos específicos as avaliações administrativas realizadas pelos peritos do INCRA poderão conter o VTI fora das margens da PPR. Nesses casos, o perito responsável pela avaliação deverá justificar tal fato e a decisão sobre a aquisição ou não do imóvel será tomada de acordo com as alçadas decisórias do INCRA estabelecidas em norma específica.

## **2 Descrição e Delimitação Geográfica dos Mercados Regionais de Terras (MRT)**

Considera-se MRT determinada área ou região na qual incidem fatores semelhantes de formação dos preços de mercado e onde se observam dinâmicas e características semelhantes nas transações de imóveis rurais, podendo ser entendido como uma zona homogênea de características e atributos sócio-geoeconômicos que exercem influência na definição do preço da terra (INCRA, 2014).

Para a delimitação geográfica dos mercados regionais utilizou-se a ferramenta estatística denominada análise de agrupamento (análise “cluster”), adaptada ao contexto de zonas homogêneas para definição do preço de terras.

Na análise dos agrupamentos para identificação e delimitação dos mercados regionais foram utilizadas variáveis extraídas do último Censo Agropecuário do IBGE, realizado em 2017.

As variáveis do Censo Agropecuário utilizadas na identificação e delimitação dos mercados regionais foram:

1. Área total do município;
2. Lavoura Permanente;
3. Lavoura temporária;
4. Total de despesa;
5. Valor total da produção anual

6. Valor total da produção vegetal;
7. Valor total da produção;
8. Receita total líquida;
9. Receita total bruta;
10. Área de proprietários no município;
11. Receita bruta por unidade de área;
12. Distância do município à capital; e
13. Propriedades menores que 500 ha.

Após a análise dos dados, foram identificadas no estado do Amapá duas zonas homogêneas relativas a características e atributos sócio-geoeconômicos, com pressuposto de que fatores uniformes influenciam a definição do preço da terra, as quais passaram a constituir dois mercados regionais de terras assim denominados (Figura 01): **Mercado Regional de Terras Leste** (MRT Leste) – integrado pelos municípios de Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá, Porto Grande, Pracuuba, Santana e Tartarugalzinho; e **Mercado Regional de Terras Oeste** (MRT Oeste) – integrado pelos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Vitória do Jari.



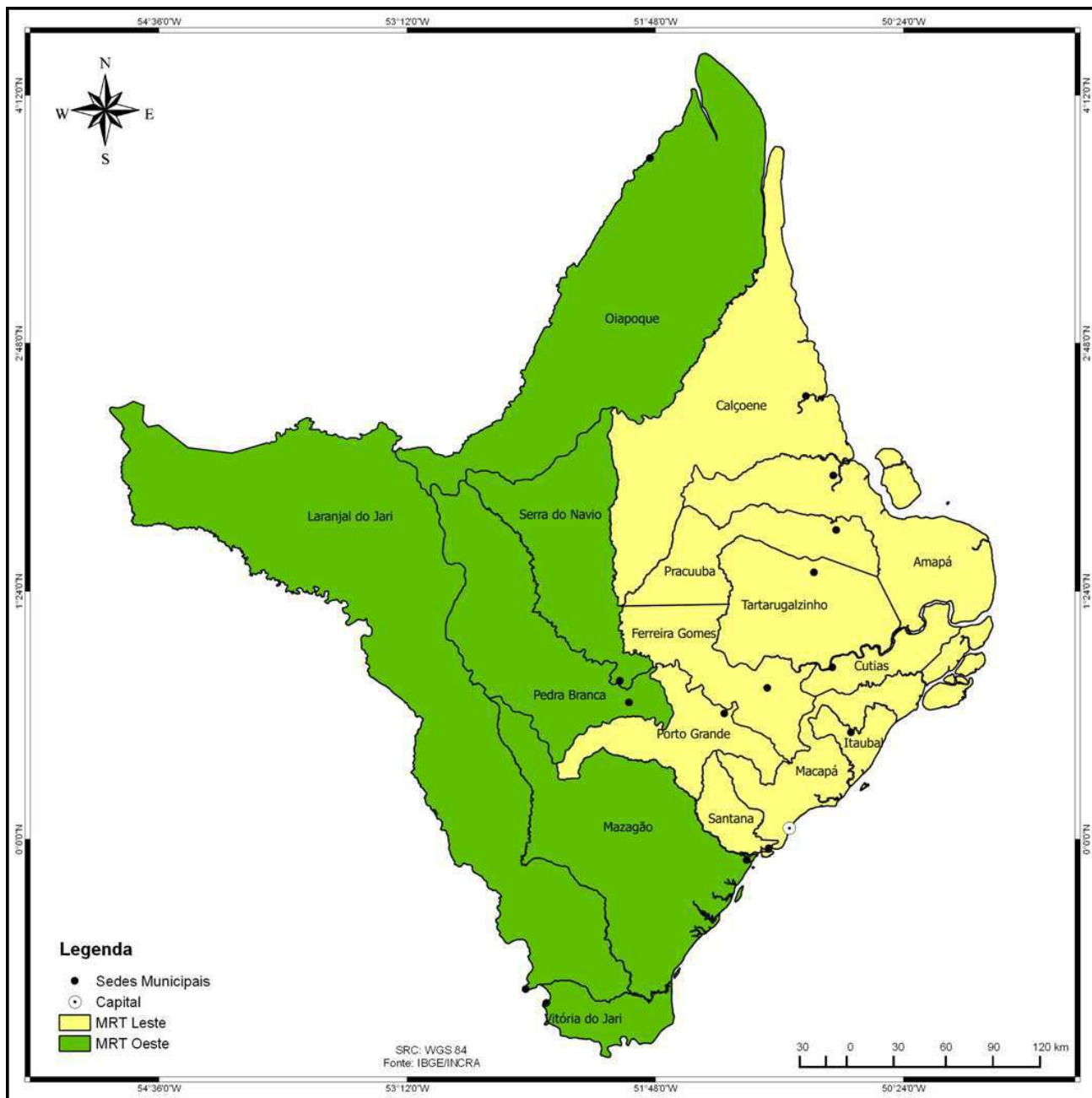


Figura 01 - Mercados Regionais de Terras do Estado do Amapá: MRT Leste e MRT Oeste

### 3 Aspectos da Estrutura Fundiária do Estado do Amapá

A estrutura fundiária do Estado está relacionada aos desdobramentos históricos do domínio que as terras dessa região foram submetidas desde a época em que o Amapá era vinculado ao Pará. Nessa época, os municípios tinham autonomia para conceder, vender, aforar e doar as terras de sua jurisdição; tendo como diretriz o povoamento dessa região. Durante esse período expediu-se vários títulos de posse, a maioria abrangendo extensas áreas (IEPA-2016).

Com a criação do Território Federal do Amapá, a União passou a administrar as terras

do Amapá, mantendo a mesma diretriz da política anterior, exercendo a titulação através da emissão de Licenças de Ocupação. Essa situação só teve mudanças significativas em 1973 quando é criado o Projeto Fundiário do Amapá, gerenciado pelo INCRA, que passa a desenvolver uma política de regularização fundiária com expedição de títulos de terra (IEPA,2016).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o então Território Federal do Amapá passou a condição de Estado e, portanto, a ter autonomia para delinear e estabelecer suas políticas de acordo com as peculiaridades locais. Nesse contexto, criou-se a Coordenadoria Estadual de Terras do Amapá, posteriormente transformada em Instituto de Terras do Amapá (TERRAP), Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP), atualmente Instituto de Terras do Estado do Amapá – AMAPÁ TERRAS.

A autonomia estadual sobre a administração do seu patrimônio fundiário só recentemente está sendo concretizada com a regulamentação da Lei nº 10.304/2001, pelo Decreto nº 8.713/2016, que transfere as terras da União para o domínio do Estado do Amapá.

O Amapá possui uma superfície de 142.828,520 km<sup>2</sup> (14.282.852 ha), com rarefeita ocupação territorial, alto índice de concentração fundiária e grande quantidade de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) (IBGE, 2015).

É possível afirmar que historicamente a União teve um papel importante no ordenamento territorial do Amapá, pois era responsável pela gestão de aproximadamente 80% das terras do Estado, exercendo forte influência na destinação desse território. Esse aspecto evidencia a fragilidade de governança do estado do Amapá em delinear a destinação e uso de seu patrimônio fundiário.

#### **4 Áreas Legalmente Protegidas do Estado do Amapá**

O estado do Amapá é considerado a unidade federada mais bem preservada do Brasil. Mantém intacta quase toda a cobertura florestal que recobre 90% de seu território, sendo referência em conservação da natureza com mais de 70% do Estado ocupado por 19 unidades de conservação, sendo 11 de uso sustentável e 08 de proteção integral, totalizando 8.847.135,5600 ha. Desse total, 12 são federais, 05 estaduais e 02 municipais

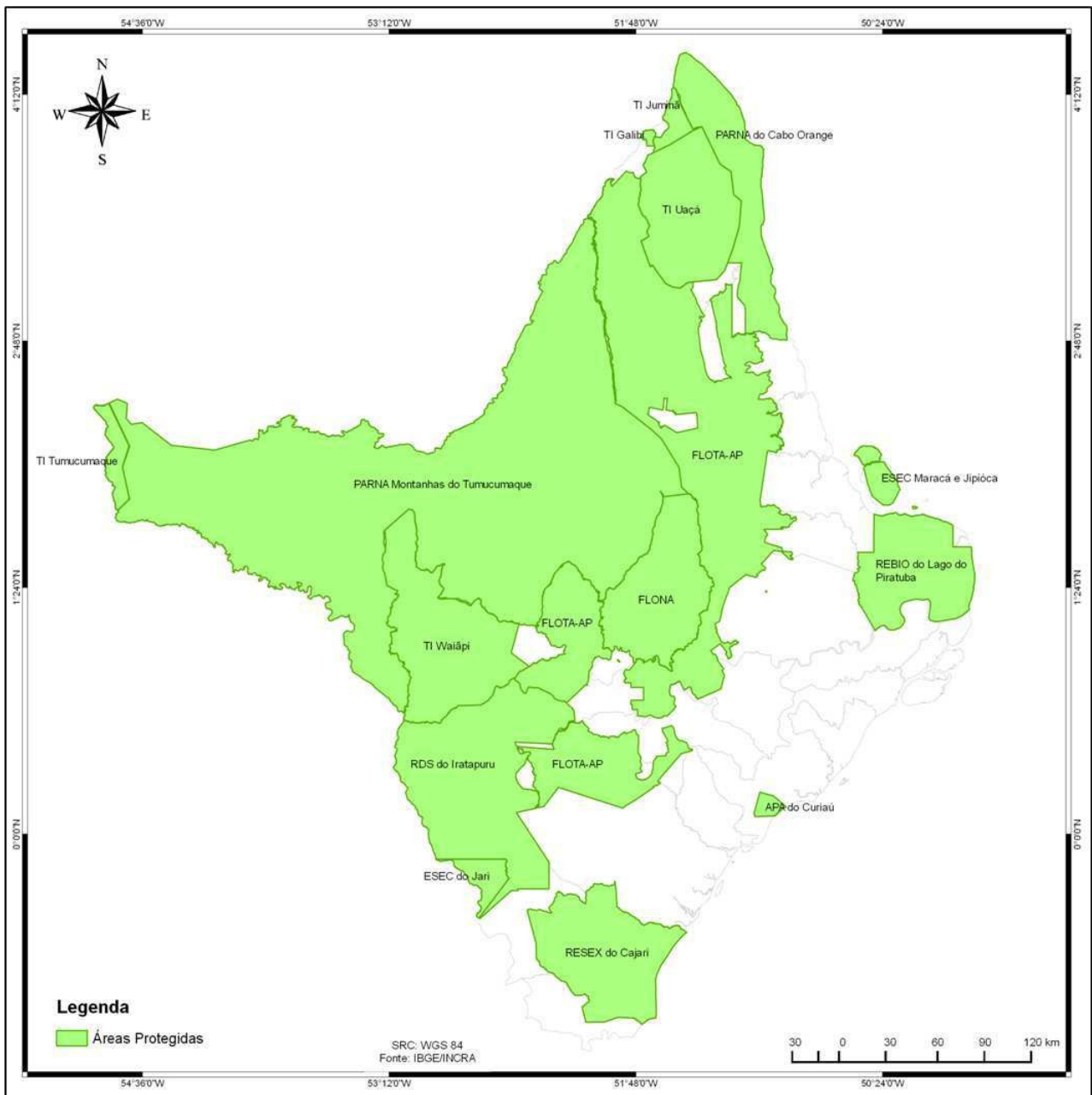


Figura 02 - Principais Áreas Legalmente Protegidas do Estado do Amapá.

A seguir são discriminadas as principais Áreas Protegidas:

### - Estação Ecológica do Jari

Criada pelo Decreto Nº 87.092 de 12 de abril de 1982, teve sua área ampliada pelo Decreto Nº 89.440 de 13 de março de 1984. Visa à preservação dos ecossistemas, a realização de pesquisas científicas e atividades de educação ambiental. Ocupa área de 227.126 ha (duzentos e vinte e sete mil e cento e vinte seis hectares), estendendo-se do Rio Jari a leste até o Rio Paru a oeste, dois afluentes da margem esquerda do Rio Amazonas, abrangendo áreas dos municípios de Almerim, no Pará e Laranjal do Jari, no

Amapá. A flora e fauna encontradas nessa unidade de conservação são características das Florestas Tropicais Úmidas: Florestas Primárias de Terra Firme, Florestas Secundárias de Terra Firme, Vegetação associada aos Afloramentos Rochosos; Floresta de Igapó e Mata Ciliar, abriga espécies endêmicas, raras, vulneráveis e ameaçadas. O percentual no estado do Amapá está localizado no município de Laranjal do Jari, compreendendo área de 55.613,7518 ha (cinquenta e cinco mil e seiscentos e treze hectares, setenta e cinco ares e dezoito centiares).

#### **- Estação Ecológica Maracá-Jipióca**

Criada em junho de 1981, engloba as ilhas Maracá Norte, Maracá Sul e Jipióca, localizadas no litoral do município de Amapá. Ocupa uma área de 72.000 ha (setenta e dois mil hectares), influenciada por um intenso processo de erosão e sedimentação. É a única unidade de conservação do Estado totalmente inserida em ambiente estuarino, com porções significativas de manguezais preservados e por isso é considerada de alta prioridade para a conservação da biodiversidade amazônica.

#### **- Floresta Estadual do Amapá**

Criada em 2006, a Floresta Estadual do Amapá é a segunda maior unidade de conservação do Estado. Situada na região nordeste do Amapá estendendo-se no sentido norte-sul, faz fronteira a oeste com o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque e com a Floresta Nacional do Amapá e a leste com o Parque Nacional de Cabo Orange, ocupando área de aproximadamente 2.369.400 ha (dois milhões e trezentos e sessenta e nove mil e quatrocentos hectares). Criada com a finalidade de incentivar o desenvolvimento econômico sustentável da região já foram desenvolvidos estudos para definição de áreas com aptidão para a produção madeireira e áreas de relevante interesse para a conservação da natureza, estando atualmente em fase de licitação o processo de concessão de áreas para manejo florestal no módulo II.

Essa Unidade de Conservação se estende pelos municípios de Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuuba, Amapá e Calçoene no MRT Leste e pelos municípios de Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Mazagão e Oiapoque no MRT Oeste.

#### **- Floresta Nacional do Amapá**

Criada em 1989, foi a primeira unidade de conservação de uso sustentável do Estado. Ocupa área de 412.000 ha (quatrocentos e doze mil hectares), distribuídos nos municípios de Ferreira Gomes, Pracuuba e Amapá e sua vegetação predominante é a

floresta de terra firme. O objetivo principal de sua criação é permitir a exploração madeireira sustentável na região, mas as dificuldades de acesso e a topografia ainda impedem o uso desses recursos.

#### **- Parque Nacional do Cabo Orange**

Criado pelo Decreto Federal N° 84.913 de 15 de julho de 1980, o Parque Nacional do Cabo Orange ocupa uma área de 619.000 ha (seiscentos e dezenove mil hectares) e abrange terras do litoral norte do Estado sob jurisdição dos municípios de Calçoene (MRT Leste) e Oiapoque (MRT Oeste) e estende-se ao longo da fronteira com a Guiana Francesa. O Parque é formado por extensos manguezais e florestas primárias na foz dos rios Uaçá e Cassiporé que abrigam diversas espécies de aves migratórias, além de uma população do peixe-boi marinho.

#### **- Parque Nacional Indígena do Tumucumaque**

Criado pelo Decreto 62.998, de 16 de julho de 1968, modificado pelo decreto N° 63.369, de 08 de outubro de 1968 abrangendo os estados do Pará e Amapá, tendo 3.071.067,8764 ha (três milhões e setenta e um mil e sessenta e sete hectares, oitenta e sete ares e sessenta e quatro centiares) de área regularizada. O percentual no estado do Amapá está localizado no município de Laranjal do Jari, compreendendo área de 61.929,9752 ha (sessenta e um mil e novecentos e vinte e nove hectares, noventa e sete ares e cinquenta e dois centiares).

#### **- Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque**

Criado em 22 de Agosto de 2002, possui área de 3.865.188,5300 ha (três milhões e oitocentos e sessenta e cinco mil e cento e oitenta e oito hectares e cinquenta e três ares) distribuídos nos municípios de Oiapoque, Serra do Navio e Laranjal do Jari no MRT Oeste e Calçoene, no MRT Leste. Ocupa aproximadamente 27% do território do estado do Amapá, onde predomina a paisagem conhecida como “Escudo das Guianas”, caracterizada pelo relevo acidentado que abriga as nascentes de diversos rios. Abrange regiões consideradas biologicamente importantes e de relevante interesse para a conservação da natureza. É uma região ainda pouco estudada, mas sabe-se que abriga espécies endêmicas da flora e fauna.

#### **- Parque Natural Municipal do Cancão**

Criado pelo Decreto N° 85 PMSN, de 14 de novembro de 2007, unidade de

conservação de proteção integral, ocupa 370,26 ha (trezentos e setenta hectares e vinte e seis ares) do município de Serra do Navio, abrange ecossistema de igapós, com predominância de floresta umbrófila densa. O objetivo dessa unidade de conservação é preservação de espécies da fauna e flora amazônica, manutenção de bacias hidrográficas locais e valorização do patrimônio paisagístico e cultural do município.

#### **- Reserva Biológica do Lago Piratuba**

Criada pelo Decreto Federal N° 84.914 de 16 de julho de 1980 e limites alterados pelo Decreto Federal N° 89.932 de 10 de julho de 1984, possuindo uma extensão de aproximadamente 395.000 ha (trezentos e noventa e cinco mil hectares). Foi instituída com o objetivo de preservação integral da biota e dos atributos naturais existentes nos municípios de Amapá e Tartarugalzinho, incluindo o lado norte da foz do Rio Araguari e o entorno do Cabo Norte. A Reserva é formada por diversos corpos aquáticos interiores e sua vegetação se destaca pelos campos inundáveis, manchas de floresta tropical densa, manguezais e regiões de transição, onde constantemente encontram-se registros de desovas de tartarugas marinhas e o fluxo de aves migratórias.

#### **- Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru**

Criada pela Lei Estadual N° 392, de 11 de Dezembro de 1997, possui área de 806.184 ha (oitocentos e seis mil e cento e oitenta e quatro hectares). Localizada no sul do Amapá, especificamente nos municípios de Mazagão, Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari, onde os moradores exploram a castanha-do-brasil e outras espécies de valor comercial, como a andiroba, a copaíba e o camu-camu. É considerada um importante corredor ecológico, pois conecta o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque à Reserva Extrativista do Rio Cajari.

#### **- Reserva Extrativista do Rio Cajari**

Localizada no sul do estado do Amapá, no município de Mazagão, ocupa área de aproximadamente 480.000 ha (quatrocentos e oitenta mil hectares), compreendendo campos, cerrados, com predominância de florestas. É entrecortada pelos rios Cajari e Ajuruxi em cujas margens estão abrigadas grande parte da população ribeirinha da região. A ocupação na região onde se encontra a RESEX teve início no ciclo da borracha, em meados do século passado, sendo que na década de 60 foi implantado na área o Projeto Jari, que desenvolveu produção de celulose, pecuária, madeira e mineração. Esse empreendimento promoveu a marginalização da população extrativista da região, gerando

conflitos durante a década de 1980 que resultaram na organização dos seringueiros e criação da Reserva Extrativista em 1990.

#### **- Reserva Particular do Patrimônio Natural Retiro Paraíso**

Criada pela Portaria IBAMA N° 86-N, de 06 de Agosto de 1997, ocupa uma área de 46,75 ha (quarenta e seis hectares e setenta e cinco ares) e localiza-se no município de Macapá. Encontra-se registrada junto ao IBAMA em nome do Sr. Zildekias Alves de Araújo, já falecido. Atualmente, sua esposa Sra. Alba Martins de Araújo é a responsável pela Reserva.

A área é cortada pelo lago da comunidade do Curiaú e abrange um mosaico de diferentes ambientes, onde a vegetação predominante é formada por campos cerrados inundáveis e não inundáveis e florestas de galeria que protegem as margens de córregos e rios. Nos últimos anos, o proprietário vem efetuando o plantio de espécies frutíferas, utilizando mudas produzidas no viveiro da própria reserva.

#### **- Reserva Extrativista Municipal Beija-flor Brilho de Fogo**

Criada pelo Decreto N° 139 Gab/PMPBA, de 19 de Novembro de 2007, localizada ao sul do município de Pedra Branca do Amapari, reserva de uso sustentável, com área de 68.524,2000 ha (sessenta e oito mil e quinhentos e vinte e quatro hectares e vinte ares) composta por áreas de igapós e floresta umbrófila densa. Os principais objetivos dessa unidade de conservação são a proteção e a garantia do uso sustentável de seus recursos naturais e também a promoção de maiores benefícios às populações extrativistas, protegendo seus meios de vida e sua cultura.

#### **- Reserva Particular do Patrimônio Natural Seringal Triunfo**

Criada pela Portaria IBAMA N° 89-N, de 10 de julho de 1998, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Seringal Triunfo possui área de 9.996,16 ha (nove mil e novecentos e noventa e seis hectares e dezesseis ares). Está localizada nos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande, sob a propriedade do Sr. Alfredo Félix Távora Gonçalves. A reserva possui terreno plano, sujeito às inundações periódicas do Rio Araguari, lagos, igarapés, corredeiras e ilhas. A vegetação é formada por floresta densa de terra firme, floresta densa aluvial e campos cerrados.

#### **- Terra Indígena Galibi**

Localizada no município do Oiapoque; tradicionalmente ocupada pelos indígenas de

etnia Galibi, possui área regularizada de 6.689,1928 ha (seis mil e seiscentos e oitenta e nove hectares, dezenove ares e vinte e oito centiares) (FUNAI,2016 ).

#### **- Terra Indígena Juminã**

Localizada no município do Oiapoque; tradicionalmente ocupada pelos indígenas de etnia Karipuna e Galibi, possui área regularizada de 41.601,2713 (quarenta e um mil e seiscentos e um hectares, vinte e sete ares e treze centiares) ((FUNAI,2016).

#### **- Terra Indígena Uaçá**

Homologada pelo Decreto 298, de 29 de outubro de 1991, Localizada no município do Oiapoque; tradicionalmente ocupada pelos indígenas de etnia Karipuna, possui área regularizada de 470.164,0636 ha (quatrocentos e setenta mil e cento e sessenta e quatro hectares, seis ares e trinta e seis centiares) (FUNAI,2016).

#### **- Terra Indígena Wajãpi**

Homologada pelo Decreto S/N de 23 de maio de 1996, com 607.017,2404 ha (seiscentos e sete mil e dezessete hectares, vinte e quatro ares e quatro centiares) de área regularizada, situada nos municípios de Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari.

## **5 Aspectos Gerais dos Mercados Regionais de Terras**

A infraestrutura produtiva do Estado é bastante carente, dispondo de poucos quilômetros de ramais e estradas e não possui ligação rodoviária com o restante do país. Esse isolamento é fator que dificulta o desenvolvimento de atividades produtivas.

Como alternativa de desenvolvimento econômico, o Estado tem buscado estabelecer parcerias comerciais com o Departamento da Guiana Francesa, com o qual o Amapá compartilha tráfego terrestre, mediante a ponte binacional, que une o Brasil via o município de Oiapoque-AP ao Estado Francês.

Aliado ao estreitamento das relações comerciais com a França, o Estado estrategicamente dispõe de um porto localizado no município de Santana, constituindo-se também fator de grande importância para o fomento da economia do Estado. O porto de Santana possui capacidade para receber navios de grande calado e apresenta vantagens comparativas com relação a portos das demais regiões do país, dado a maior proximidade com a região do Caribe, Canal do Panamá, costa americana e países



européus.

No Estado já foram implantados grandes projetos de exploração de recursos naturais, com destaque para a exploração de manganês no município de Serra do Navio, pela Indústria e Comércio de Minérios – ICOMI, subsidiária da empresa norte-americana Bethlehem Steel, e o Projeto Jari (no rio Jari, divisa com o Pará) liderado pelo empresário norte-americano Daniel Ludwig, posteriormente assumido por empresas brasileiras lideradas pelo grupo CAEMI e pelo Banco do Brasil, voltado à exploração de madeira, ao cultivo de arroz e à produção de celulose.

Segundo estimativas do IBGE, em 2018 o estado do Amapá possuía população de 829.494 habitantes, com maior concentração populacional nas sedes dos 16 municípios. Na capital Macapá encontra-se concentrada mais da metade da população de todo o Estado.

Do ponto de vista econômico, é significativa a produção rural proveniente do extrativismo vegetal (manejo e exploração de açaí, palmito, castanha-do-brasil, madeira, entre outros), pesca artesanal e mineração.

O extrativismo vegetal no Estado é baseado no modelo de desenvolvimento regional socioambiental, considerando para tal as Reservas Extrativistas (RESEX), Florestas Nacionais e Estaduais e Áreas de Preservação Ambiental (APA's), além dos Projetos de Assentamento de reforma agrária ambientalmente diferenciados denominados de Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) destinados à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativistas, a serem executadas pelas populações locais que tem sua subsistência baseada no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental. Segundo FAPUR (2013), dentre os produtos não madeireiros do extrativismo no Amapá destacam-se a produção do açaí, da castanha-do-brasil e de fibras naturais a partir do cipó titica.

Quanto aos recursos pesqueiros, o estado do Amapá possui uma situação privilegiada, devido a sua localização geográfica em relação ao Oceano Atlântico, estuário do rio Amazonas, extensa rede hidrográfica de rios e lagos interiores, tendo suas principais atividades pesqueiras desenvolvidas em cinco setores – na planície marítima, localizada no litoral norte, desde o município do Oiapoque até a desembocadura do rio Araguari; na região dos lagos entre os rios Flexal e Araguari; no baixo estuário, desde o rio Araguari até o rio Curiaú; na área urbana e portuária, incluindo Macapá e Santana, e na região do alto estuário, desde a desembocadura do rio Matapi até a fronteira com o Pará (SUFRAMA, 1999), abrangendo os municípios de Santana, Mazagão, Vitória do Jari

e Laranjal do Jari.

A produção agropecuária, excetuando as grandes plantações de eucalipto e ultimamente de grãos em áreas de Cerrado (soja, milho e arroz), ainda é bastante rudimentar e basicamente desenvolvida por agricultores familiares. As culturas agrícolas de subsistência mais comuns são mandioca, arroz, milho, feijão e banana, merecendo destaque as atividades extensivas de pesca e de criação de bovinos e bubalinos.

A figura abaixo detalha a Vegetação do Estado, com destaque para a faixa de Cerrado, onde o mercado de terras é mais movimentado e valorizado atualmente.

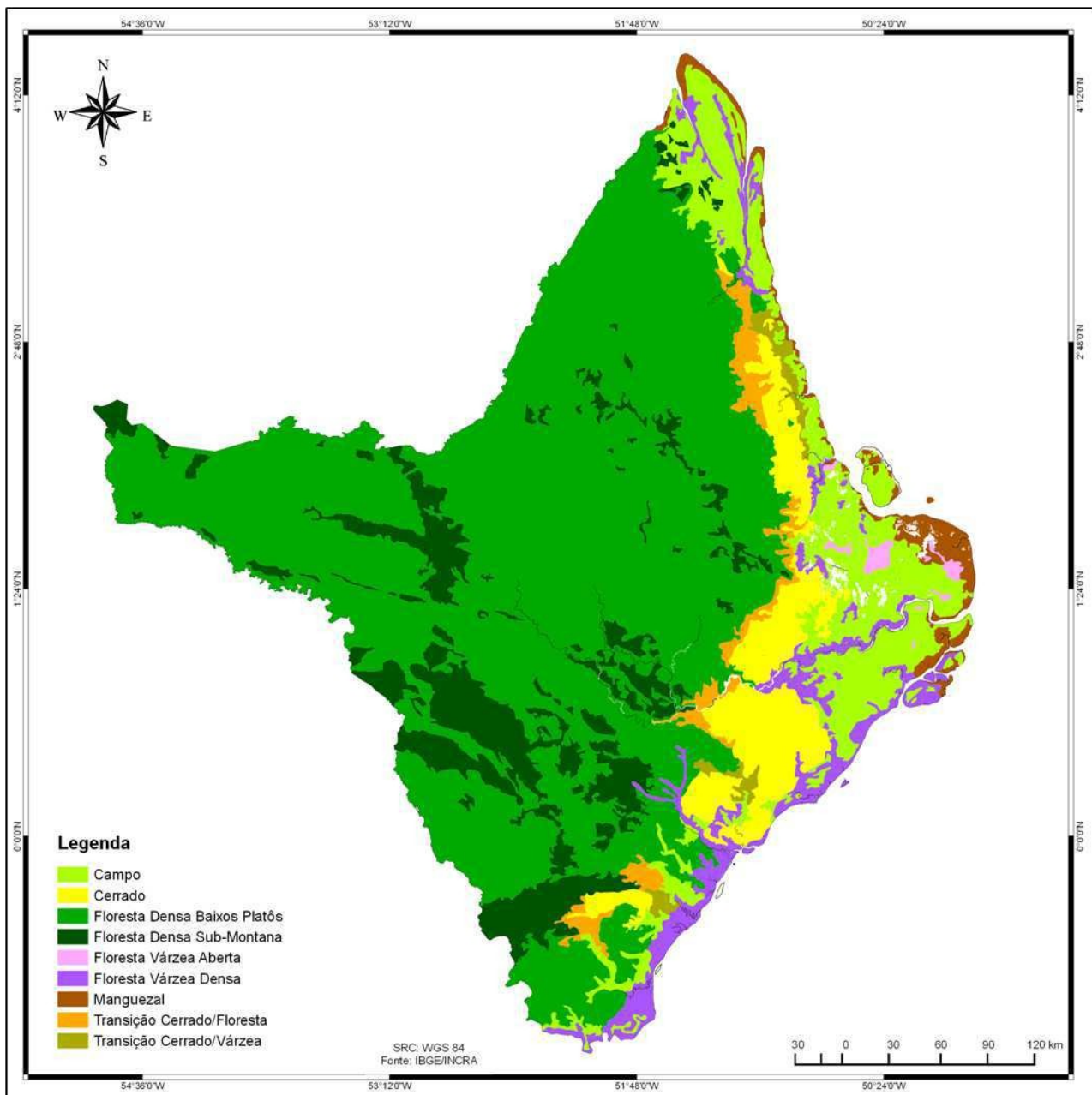


Figura 03 - Vegetação predominante no Estado do Amapá.

## 6 Análise dos Mercados Regionais de Terras

### 6.1 Mercado Regional de Terras Leste (MRT Leste)

O MRT Leste é composto por dez municípios (Tabela 01), caracteriza-se por abranger a maior parte das áreas com tipologia vegetal de cerrado com potencial para produção de grãos, onde se percebe aumento na demanda do mercado por terras agricultáveis.

**Tabela 01 - Municípios Integrantes do MRT Leste**

<b>Município</b>	<b>Área (Km<sup>2</sup>)</b>	<b>População (hab.)</b>	<b>Distância à capital (Km)</b>
Amapá	9.167,617	9.029	302
Calçoene	14.231,783	10.926	384
Cutias	2.179,491	5.864	106
Ferreira Gomes	4.973,852	7.591	137
Itaubal	1.622,852	5387	80
Macapá	6.502,119	493,634	-----
Porto Grande	4.425,090	21.484	100
Pracuuba	4.948,519	4.993	192
Santana	1.542,201	119.610	30
Tartarugalzinho	6.684,697	16.855	230
<b>Total</b>	<b>56.278,22</b>	<b>695.373</b>	-----

### 1.1.1 Abrangência Geográfica

Delimita-se ao norte com o município de Oiapoque, que integra o MRT Oeste; a leste com o Oceano Atlântico; ao sul com o município de Mazagão e; a oeste com os municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari, que integram o MRT Oeste.

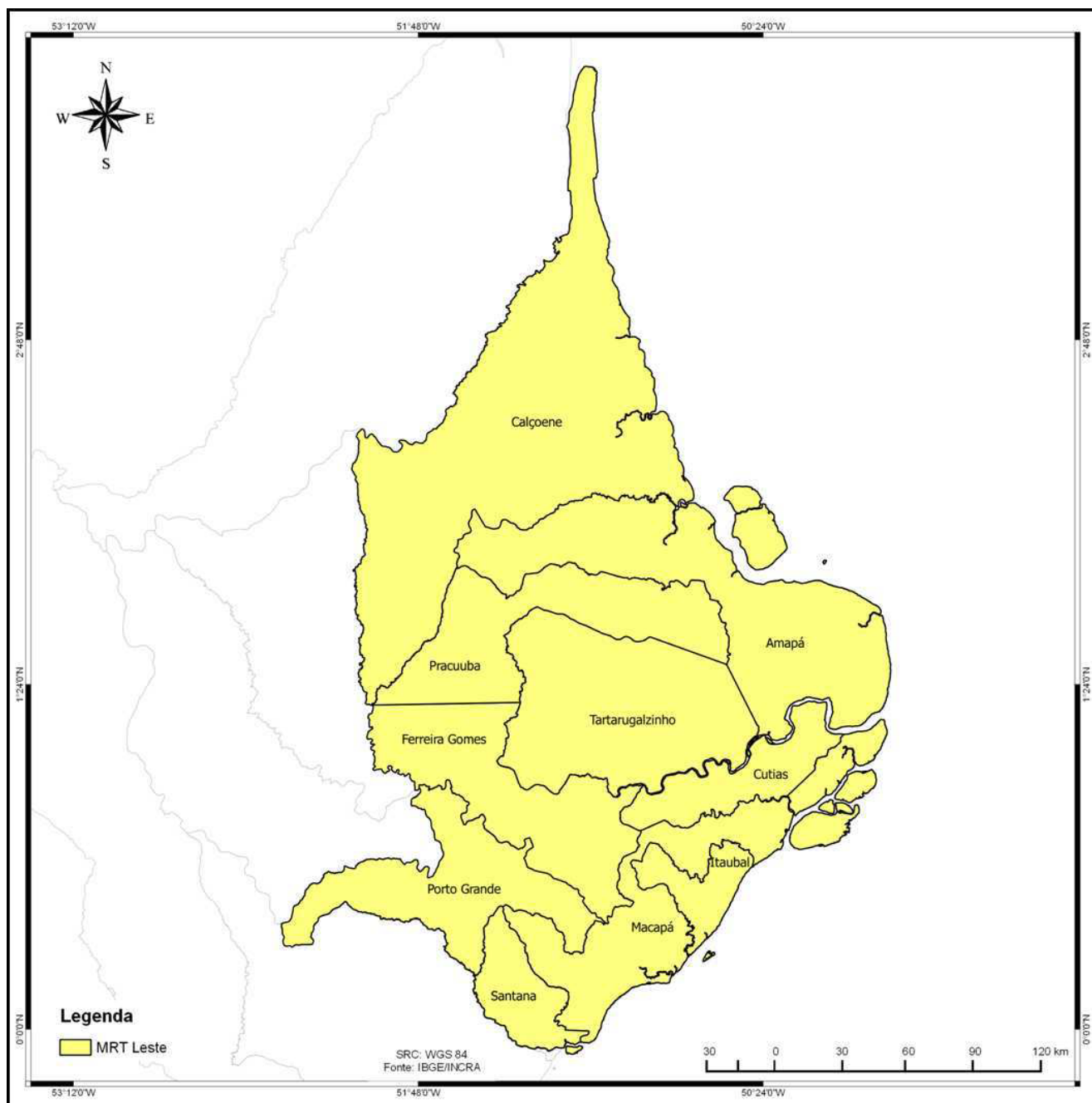


Figura 04 -Mapa do MRT Leste evidenciando os municípios.

Neste MRT se inserem partes das bacias hidrográficas dos rios Cassiporé, Araguari e Vila Nova; e, integralmente, as bacias dos rios Matapi, Curiaú, Pedreira, Ipixuna, Macacoari, Gurijuba, Sucuriju, Amapá Grande, Novo, Calçoene, Lamute, Cunani e Igarapé Grande Crique (Figura 05).

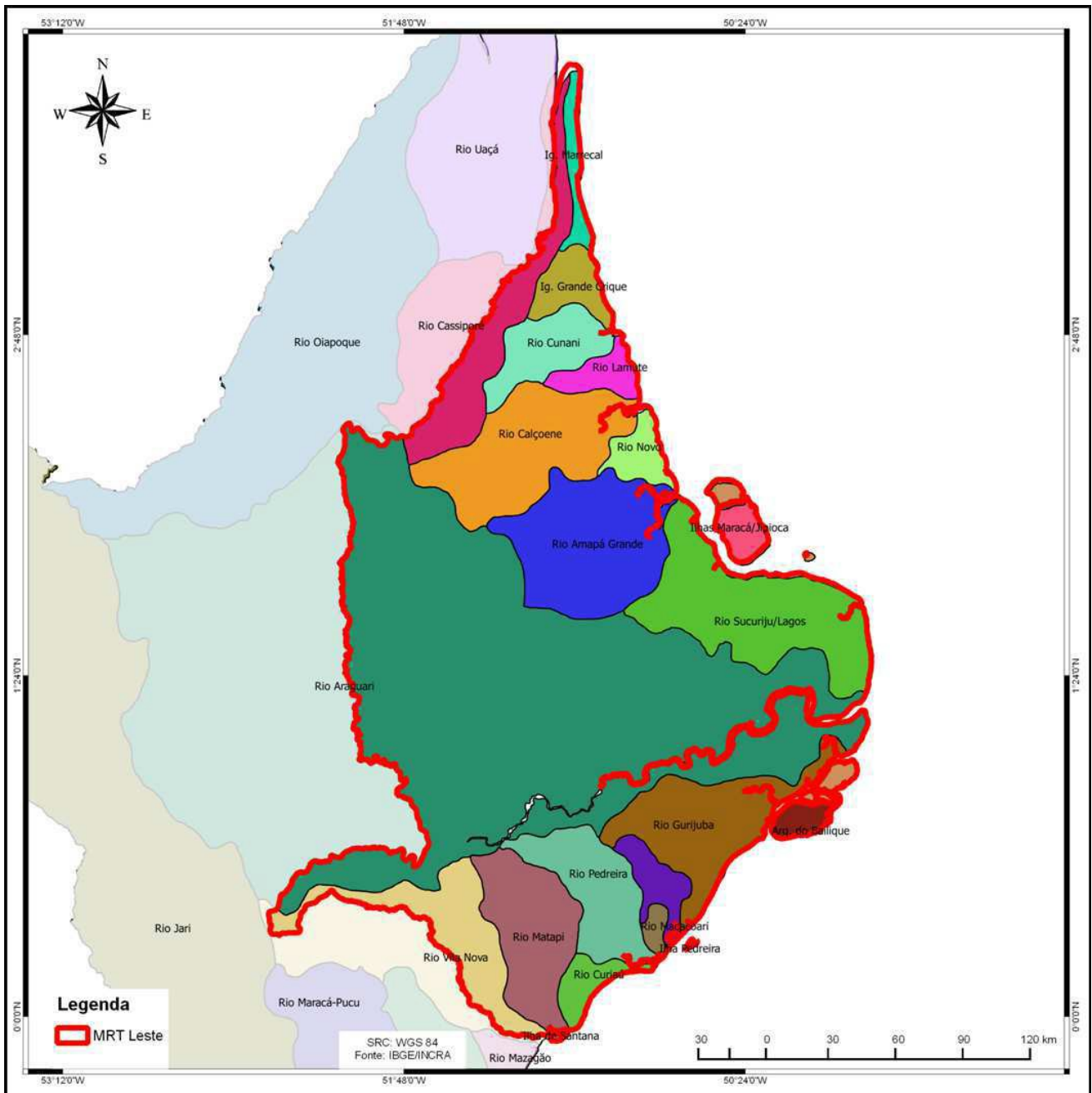


Figura 05 - Bacias Hidrográficas do MRT Leste

### 1.1.2 Histórico de Ocupação

A ocupação econômica do território do Amapá se deu em virtude de preocupações do estado brasileiro no que diz respeito à soberania nacional, destacando-se a ameaça de invasão pelos franceses a partir da fronteira que essa porção brasileira faz com o

Departamento Ultramarino da França (Guiana Francesa). O interesse dos franceses pelo território ocorreu com a descoberta de uma jazida de ouro no norte do rio Araguari ocasionando disputa territoriais entre brasileiros e franceses (IEPA, 2010)A história mostra que a ocupação do território amapaense é vinculada a vocação natural deste Estado para a atividade de extração mineral. Sua formação social e econômica esteve em grande parte vinculada à mineração, a qual, segundo alguns registros, teria sido inaugurada ainda no século XVII, a partir do grande interesse de estrangeiros holandeses, ingleses e franceses que aqui chegaram em busca de ouro e outras riquezas minerais (IEPA, 2010).

No fim do século XIX ocorreu a descoberta de grande quantidade de ouro no território amapaense, mais precisamente na região de Amapá e Calçoene (Lourenço), a qual foi submetida à rápida migração e povoamento, tanto por parte de brasileiros, quanto principalmente por estrangeiros guianenses, tendo por consequência a disputa pelas terras do contestado franco-brasileiro (IEPA, 2010).

Verifica-se também que a ocupação neste mercado regional com atividades agropecuárias foi ditada pela implantação da infraestrutura de transporte em apoio à produção no estado do Amapá, que se compõem de duas rodovias federais, a BR156 e a BR 210, rodovias estaduais, além da estrada de ferro (Porto de Santana – Serra do Navio). A rodovia BR156 corta longitudinalmente o Estado de norte a sul, partindo de Laranjal do Jari, no sul do Estado, alcançando a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa no município de Oiapoque. Ao longo do eixo da BR156 se inserem trechos de estradas estaduais de acesso aos municípios de Cutias, Itaupal, Amapá, Pracuuba e localidades como Cunani e Goiabal.

### 1.1.3 Áreas Legalmente Protegidas

Na Figura 06 são apresentadas as principais áreas legalmente protegidas do MRT Leste, sendo 05 unidades de conservação federais e 03 estaduais. Deste total, 03 são comuns aos dois mercados regionais de terras (MRT Leste e o MRT Oeste). Todas estão descritas no item 4.

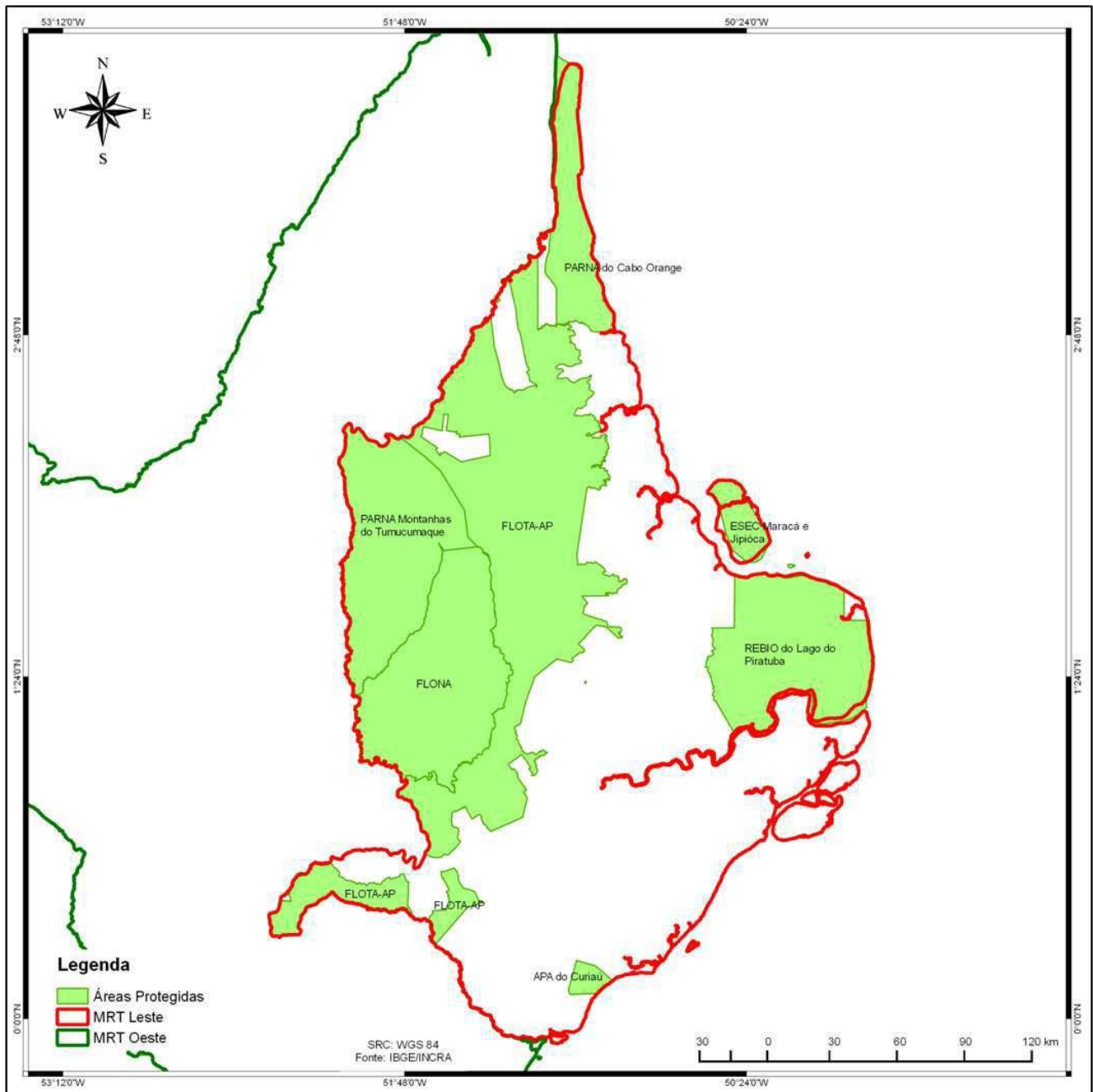


Figura 06- Principais Áreas Legalmente Protegidas do MRT Leste.

### 1.1.4 Infraestrutura

Em termos de infraestrutura no MRT Leste destaca-se o eixo das BR 156 e 210, rodovia AP 70, Estrada de Ferro do Amapá, que entrecorta o município de Porto Grande, ligando-o ao Porto no município de Santana, localizado as margens do canal norte do rio Amazonas (Figura 07).

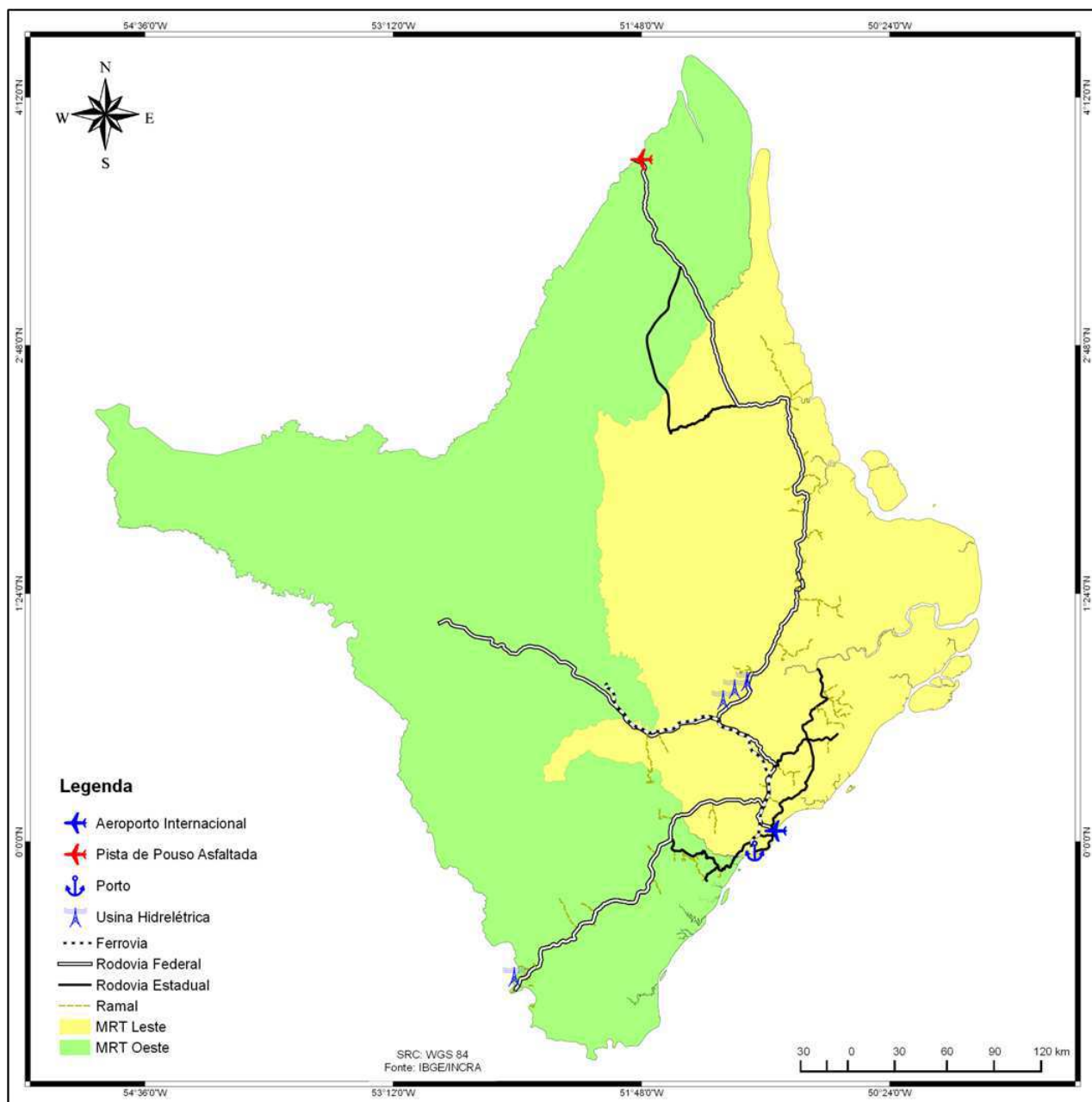


Figura 07 - Principais Infraestruturas do MRT Leste e MRT Oeste



Nesse Porto, a facilidade de acesso e características de profundidade permitem a atracação de navios de grande calado e apresenta vantagens competitivas nas operações de exportação e importação de insumos em relação a portos das demais regiões do país, por encontrar-se em maior proximidade com as regiões do Caribe, Canal do Panamá, costa americana e países europeus, onde também se destaca o empreendimento privado de instalação de um terminal graneleiro na Ilha de Santana (FAPUR, 2013).

A BR 210 (Rodovia Perimetral Norte), projetada na época da ditadura militar para interligar toda a calha norte do Rio Amazonas, de Macapá até Cruzeiro do Sul no Acre, restou inconclusa, encontrando-se trafegável apenas no trecho de Macapá à aldeia indígena Aramirã, na Terra Indígena da etnia Oiãmpi, município de Pedra Branca do Amapari.

A BR 156, no trecho norte que interliga o estado do Amapá a Guina Francesa, também se constitui em importante via de transporte da produção agrícola regional, por representar ligação com um Departamento Francês, que integra a Comunidade Comum Européia.

Destaca-se ainda a conclusão do linhão que traz energia da Hidroelétrica de Tucuruí e que interliga o Estado ao sistema energético nacional e a recente regulamentação da Zona Franca Verde de Macapá e Santana, que permitirá que empresas possam fabricar produtos no Estado com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), desde que sejam mercadorias fabricadas a partir de matéria-prima vegetal, animal e mineral da Amazônia.

### **1.1.5 Principais Atividades Agropecuárias**

O Mercado Regional de Terras Leste é constituído, em parte, pelo Bioma Cerrado, atualmente mais valorizado e que desponta como nova fronteira agrícola na região Norte do país por apresentar valor baixo da terra se comparado a outras regiões do país, boas condições climáticas, localização estratégica em relação ao porto de Santana e consequentemente ao mercado exterior, o que torna essa região atrativa para médios e grandes produtores de grãos.

Segundo FAPUR (2013), a ocupação do cerrado amapaense iniciou-se a partir de 1976 pela Amapá Florestal e Celulose S.A (AMCEL), com plantações florestais paraprodução de madeira em forma de cavaco para abastecimento da indústria de papel e celulose. De acordo com as informações nas bases cartográficas do INCRA, atualmente

do total de 1.410.000 ha da área de cerrado do Estado, a AMCEL detém 245.000 ha destinados a plantações florestais de eucalipto, abrangendo os municípios de Santana, Macapá, Porto Grande, Ferreira Gomes, Itaubal, Tartarugalzinho, Cutias e Amapá.

As áreas potenciais para a produção de grãos estão localizadas principalmente às margens da BR 156, BR 210 e AP70, que foram construídas estrategicamente no bioma cerrado pela facilidade de implantação, abrangendo os municípios de Macapá, Santana, Porto Grande, Ferreira Gomes, Itaubal, Cutias do Araguari e Tartarugalzinho. A expansão das culturas graníferas no Estado está se dando pela abertura de novas áreas com supressão da vegetação nativa de cerrado, sob áreas anteriormente abertas para cultivo de subsistência e/ou implantação de pastagens abandonadas e/ou degradadas e áreas com plantios anteriores de eucalipto.

## 6.2 Mercado Regional de Terras Oeste (MRT Oeste)

O MRT Oeste é formado por seis municípios, Laranjal do Jari, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Vitória do Jari (Tabela 07), caracteriza-se por abranger a maior parte das áreas de floresta nativa, com potencial para extrativismo e manejo de produtos vegetais e animais, onde se percebe que o mercado de terras possui maior dinâmica em áreas específicas, como na região da fronteira do município do Oiapoque com a Guiana Francesa e do município do Laranjal do Jari com o estado do Pará.

**Tabela 02- Municípios Integrantes do MRT Oeste**

Município	Área (Km <sup>2</sup> )	População (hab.)	Distância à capital (Km)
Laranjal do Jari	30.782,998	49.446	275
Mazagão	13.294,776	21.206	36
Oiapoque	22.625,286	26.627	590
Pedra Branca do Amapari	9.625,214	15.931	180
Serra do Navio	7.713,046	5.306	197
Vitória do Jari	2.508,979	15.605	300
<b>Total</b>	<b>86.550,30</b>	<b>118.516</b>	-----

Fonte: IBGE, 2018.

### 6.2.1 Abrangência Geográfica do MRT Oeste

Destaca-se neste mercado regional a incidência de percentual significativo de áreas ambientalmente protegidas. Nos seis municípios do MRT Oeste reside uma população de aproximadamente 118.516 habitantes (Tabela 07), correspondente a apenas 14,56% da população do Estado. Em contrapartida, esse mercado contempla uma área de 86.550,30 km<sup>2</sup>, representando 59% da área do Estado, implicando densidade demográfica, de apenas 1,38 habitantes por km<sup>2</sup>.

Delimita-se ao norte com a Guiana Francesa e Suriname, ao sul e oeste com o estado do Pará, a leste com os municípios que integram o MRT Leste.

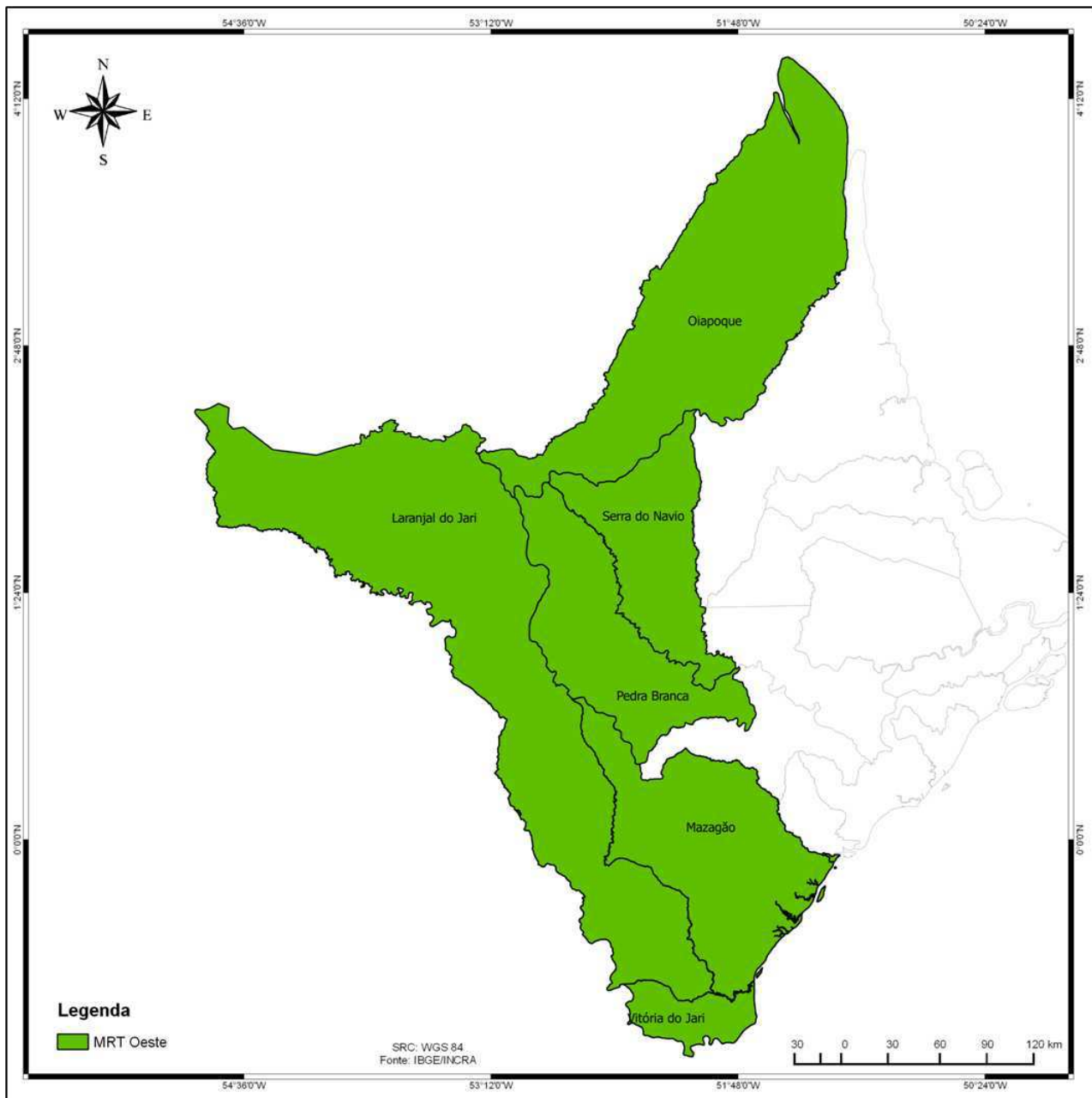


Figura 8 - Mapa do MRT Oeste evidenciando os municípios.

No MRT Oeste se inserem integralmente as bacias hidrográficas dos rios Oiapoque, Uaçá, Jari, Cajari, Igarapé Matauaú, Igarapé Tambaqui, Ariramba, Ajuruxi, Maracá-Pucu, Preto e Mazagão e também partes das bacias hidrográficas dos rios Vila Nova, Araguari e Cassiporé. (Figura 12).

As bacias hidrográficas dos rios Oiapoque, Uaçá, Cassiporé e Araguari desaguam diretamente no Oceano Atlântico; as demais desaguam no rio Amazonas.

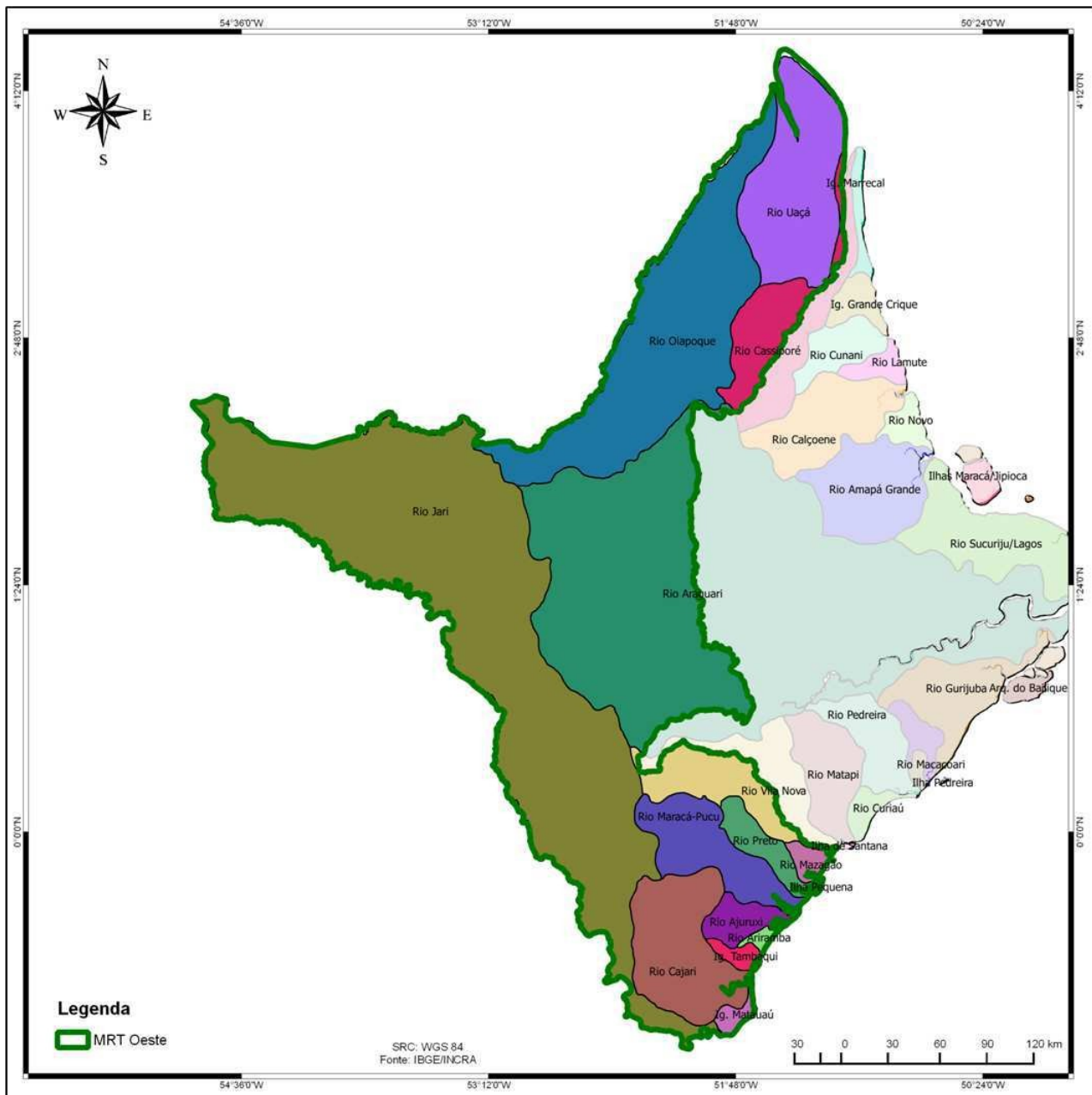


Figura 09 - Bacias Hidrográficas do MRT Oeste.

## 6.2.2 Histórico de Ocupação

Historicamente a presença do estado brasileiro no Amapá obedeceu uma estratégia nacional de ocupação de áreas de fronteiras pouco povoadas mediante incentivo a implantação de grandes projetos de exploração de recursos naturais. Nesse contexto destaca-se a implantação de uma indústria para exploração de minério no município de Serra do Navio (Indústria e Comércio de Minério S/A - ICOMI) em parceria com empresa internacional (Bethlehem Steel Co) e o Projeto do Jarí, na região sul do estado do Amapá. Comparativamente com os outros estados da Amazônia, o Amapá é a unidade

federal que mais sofreu com as consequências do isolamento territorial imposto por condições naturais e pela falta de ligação terrestre com os demais estados da federação (SALGADO *et al.*, 2010). Esta situação de isolamento contribuiu para a proteção dos seus recursos naturais em baixo nível de impacto social e ambiental relativamente aos observados em outros estados. O Amapá é reconhecido por suas riquezas minerais e pela biodiversidade expressada na cobertura vegetal, nos recursos florestais e na diversidade de recursos pesqueiros.

A partir da descoberta da reserva de manganês em Serra do Navio, na década de 40, o território do Amapá insere-se no contexto geopolítico internacional como fornecedor de matéria-prima, com incentivos fiscais e políticas federais que tinham como objetivo a implantação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento dessa atividade econômica, a promoção da ocupação populacional, além da perspectiva de promover benefícios e mudanças positivas para a Amazônia (IEPA, 2010).

Verifica-se que a ocupação neste mercado regional com atividades agropecuárias foi influenciada pela implantação da infraestrutura de transporte que compõem-se de duas rodovias federais, a BR156 e a BR 210, além da estrada de ferro que liga o Porto de Santana a Serra do Navio (FAPUR, 2013).

### **6.2.3 Áreas Legalmente Protegidas**

As principais áreas legalmente protegidas do MRT Oeste são apresentadas na Figura 10, sendo 05 terras indígenas, 04 unidades de conservação federais e 02 estaduais. Desse conjunto 03 são comuns aos dois mercados regionais de terras (MRT Leste e o MRT Oeste). Todas estão descritas no item 4.

Além dessas unidades de conservação mencionada, incidem também no MRT Oeste o Parque Nacional do Cabo Orange e a Floresta Estadual do Amapá.

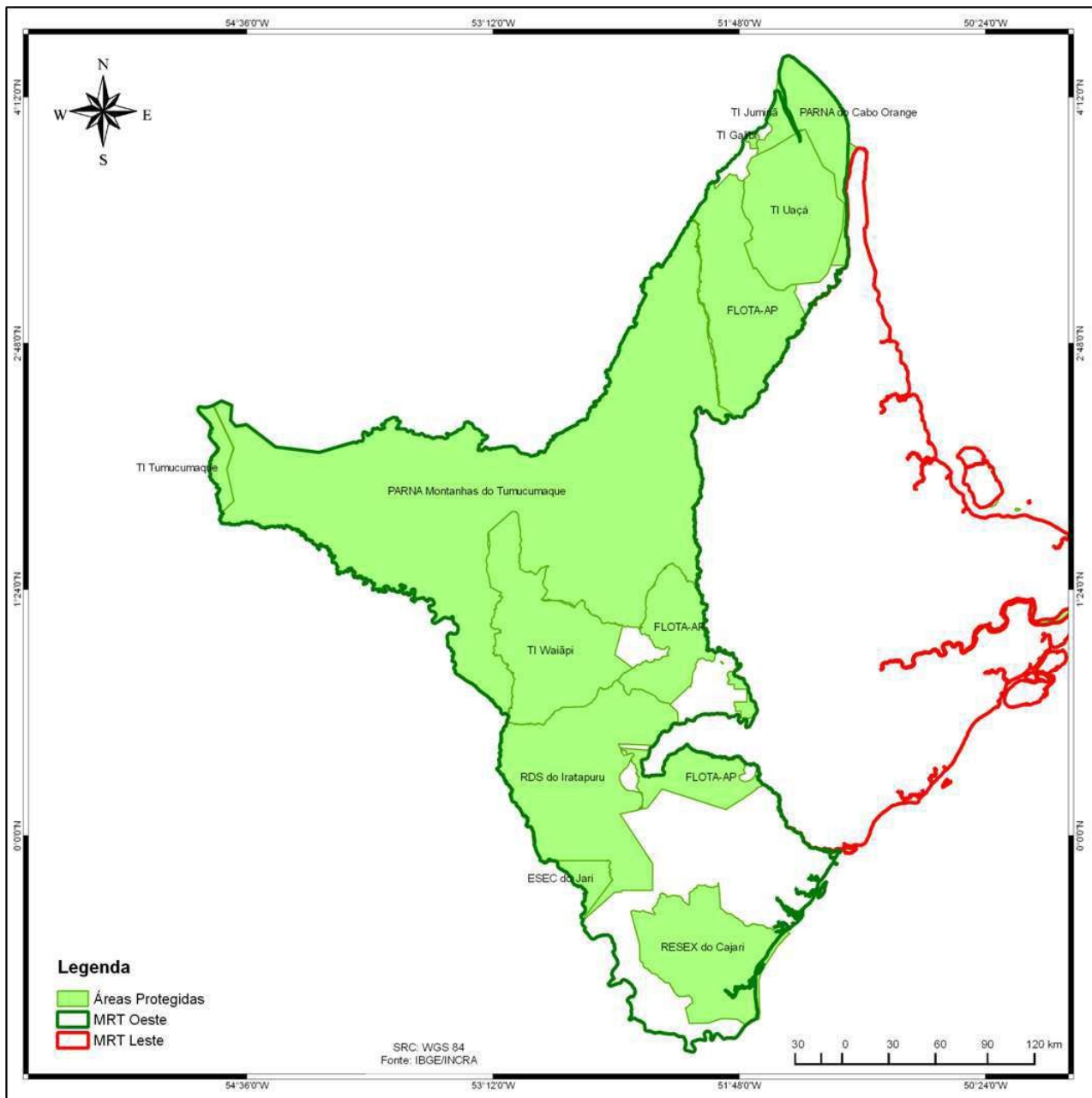


Figura 10 - Principais Áreas Legalmente Protegidas do MRT Oeste.

### 6.2.4 Infraestrutura

Em termos de infraestrutura destaca-se no MRT Oeste (Figura 09) a Estrada de Ferro do Amapá, que interliga o município de Serra do Navio ao porto de Santana, entrecortando o município de Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Macapá e Santana; a BR 210 (Rodovia Perimetral Norte) projetada para interligar a calha norte do Rio Amazonas, de Macapá a Cruzeiro do Sul no Acre, porém não foi concluída. Apenas o trecho de Macapá até a aldeia Aramirã, na Terra Indígena da etnia Oiãmpi, município de Pedra Branca do Amaparí foi construída.

Destaca-se, ainda BR 156, o porto de Santana, as pontes sobre os rios Matapi, no município de Santana (em fase final de construção), e Vila Nova no município de Mazagão, bem como a ponte Binacional de acesso a Guiana Francesa.

### **6.2.5 Principais Atividades Agropecuárias**

O Mercado Regional Oeste é caracterizado notadamente pela fisionomia da vegetação de florestas densas de porte elevado, condicionada principalmente pela intensidade e frequência mensal das chuvas. São florestas predominantemente pluviais ou ombrófilas e se distribuem em formações de terra firme, áreas aluviais (ou Floresta de várzea) e florestas de igapós. As matas de várzeas ocorrem em menor proporção neste mercado, têm influência do sistema de marés associado ao Rio Amazonas e seus tributários, como os rios Jari, Cajari, Ariramba, Maracá, Preto, Mazagão, Vila Nova, outras tem influência do sistema de marés oceânicas tal como às que ficam próximas a foz dos rios Oiapoque, Uaçá e Cassiporé, donde se destaca grande potencial para atividades econômicas do extrativismo vegetal (COSTA e SILVA, acessado em mai/2016).

Neste mercado regional de terras está integralmente concentrado o extrativismo da castanha-do-brasil, com 476 ton/ano, segundo IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2017. O extrativismo da castanha-do-brasil ocorre principalmente no domínio fundiário das unidades de conservação de uso direto RESEX Cajari e RDS Iratapuru e do Projeto de Assentamento Agroextrativista Maracá.

Segundo SOUSA e EULER (2009), esta atividade está em declínio econômico sobretudo pelas precárias condições de infraestrutura logística e de armazenamento da produção, além da dificuldade de acesso a política federal de preço mínimo. De acordo com esses autores, a melhoria da renda extrativista é condição indispensável para a manutenção da forma equilibrada com que as famílias se relacionam com a floresta.



## 7 Análises dos resultados e Planilha de Preços Referenciais (PPR)

A seguir estão listadas as tipologias do MRT Leste e Oeste, definidas em consonância com a pesquisa de campo.

Para cada MRT foram calculados o valor médio (VTI/ha e VTN/ha) e o campo de arbítrio da amostra geral. O valor médio geral foi calculado usando o saneamento das amostras pelo Desvio Padrão. O saneamento se deu pelo método da média  $\pm$  um desvio padrão. Os elementos com valores acima do limite superior (média mais um desvio padrão), e abaixo do limite inferior (média menos um desvio padrão) foram expurgadas da composição amostral.

Foi observado como referência a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 116, DE 19 DE ABRIL DE 2022 que estabelece as diretrizes para o monitoramento e a análise dos mercados de terras por meio da elaboração regular dos Relatórios de Análise de Mercados de Terras e respectivas Planilhas de Preços Referenciais Conforme art 8º Parágrafo único *“Os valores de VTI e VTN, por hectare, calculados para consignação na Planilha de Preços Referenciais - PPR, deverão seguir os critérios de arredondamento conforme definido na NBR 14.653, parte 1, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT”* as Planilhas de Preços Referenciais, para esta nova versão do RAMT, conterão informações de VTI e VTN.

### 7.1.1 Tabela 03 - PLANILHAS DE PREÇOS REFERENCIAIS MRT's Leste e Oeste

No MRT Leste foi obtido um total de 63 (sessenta e seis) elementos para o tratamento estatístico 39 (trinta e nove) no MRT Oeste.

## Planilha de Preços Referenciais (PPR) do Estado do Amapá

- 2023 -

Tabela – 03

**Valor Total do Imóvel (VTI) no Mercado Regional de Terras (MRT) Leste**

Abrangência: Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá, Porto Grande, Pracuuba, Santana e Tartarugalzinho.

Tipologias	VTI (R\$/ha)	Campo de Arbitrio	
		Inferior	Superior
Geral	2.235,02	1.899,77	2.570,27
<b>1º Nível Categórico</b>			
Agricultura	2.342,40	1.991,04	2.693,76
Cerrado	1.582,80	1.345,38	1.820,22
Pecuária	3.254,42	2.766,26	3.742,58
<b>2º Nível Categórico</b>			
Agricultura Açaí	2.042,22	1.735,89	2.348,56
Agricultura de Grãos	3.039,07	2.583,21	3.494,93
Agricultura Diversificada	2.132,55	1.812,66	2.452,43
<b>3º Nível Categórico</b>			
Agricultura de Grãos (Macapá)	4.171,85	3.546,07	4.797,63
Agricultura de Grãos (Tartarugalzinho)	1.151,11	978,44	1.323,78
Agricultura Diversificada (Calçoene)	1.263,59	1.074,05	1.453,13
Agricultura Diversificada (Cutias do Araguari)	1.372,31	1.166,46	1.578,15
Agricultura Diversificada (Macapá)	2.737,42	2.326,81	3.148,04
Agricultura Diversificada (Porto Grande)	2.175,31	1.849,02	2.501,61
Agricultura Mandioca (Macapá)	2.597,43	2.207,81	2.987,04
Cerrado (Centro-norte) <sup>1</sup>	1.160,00	986,00	1.334,00
Cerrado (Ferreira Gomes)	1.910,73	1.624,12	2.197,34
Cerrado (Sudeste) <sup>2</sup>	1.600,00	1.360,00	1.840,00

<sup>1</sup> Centro-norte: Amapá, Calçoene, Pracuuba e Tartarugalzinho.<sup>2</sup> Sudeste: Itaubal, Macapá e Santana.

PPR integrante do Relatório de Análise de Mercados de Terras do Estado do Amapá (RAMT-AP) - Processo Administrativo nº 54000.056973/2022-46.

**Valor de Terra Nua (VTN) no Mercado Regional de Terras (MRT) Leste**

Abrangência: Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá, Porto Grande, Pracuuba, Santana e Tartarugalzinho.

Tipologias	VTN (R\$/ha)	Campo de Arbitrio	
		Inferior	Superior
Geral	2.056,30	1.747,86	2.364,75
<b>1º Nível Categórico</b>			
Agricultura	2.150,56	1.827,98	2.473,15
Cerrado	1.451,93	1.234,14	1.669,71
Pecuária	3.035,04	2.579,79	3.490,30
<b>2º Nível Categórico</b>			
Agricultura Açaí	1.875,56	1.594,22	2.156,89
Agricultura de Grãos	2.958,86	2.515,03	3.402,69
Agricultura Diversificada	1.910,80	1.624,18	2.197,42
<b>3º Nível Categórico</b>			
Agricultura de Grãos (Macapá)	4.070,18	3.459,65	4.680,70
Agricultura de Grãos (Tartarugalzinho)	1.106,67	940,67	1.272,67
Agricultura Diversificada (Calçoene)	1.015,73	863,37	1.168,09
Agricultura Diversificada (Cutias do Araguari)	1.151,28	978,59	1.323,98

Agricultura Diversificada (Macapá)	2.502,21	2.126,88	2.877,55
Agricultura Diversificada (Porto Grande)	1.970,84	1.675,21	2.266,46
Agricultura Mandioca (Macapá)	2.351,23	1.998,54	2.703,91
Cerrado (Centro-norte) <sup>1</sup>	1.150,00	977,50	1.322,50
Cerrado (Ferreira Gomes)	1.744,62	1.482,93	2.006,31
Cerrado (Sudeste) <sup>2</sup>	1.366,67	1.161,67	1.571,67

<sup>1</sup> Centro-norte: Amapá, Calçoene, Pracuuba e Tartarugalzinho.

<sup>2</sup> Sudeste: Itaúbal, Macapá e Santana.

PPR integrante do Relatório de Análise de Mercados de Terras do Estado do Amapá (RAMT-AP) - Processo Administrativo nº. 54000.056973/2022-46.

## Valor Total do Imóvel (VTI) no Mercado Regional de Terras (MRT) Oeste

Abraçãncia: Laranjal do Jari, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Vitória do Jari.

Tipologias	VTI (R\$/ha)	Campo de Arbitrio	
		Inferior	Superior
Geral	2.043,69	1.737,14	2.350,25
<b>1º Nível Categórico</b>			
Agricultura	2.105,04	1.789,28	2.420,79
<b>2º Nível Categórico</b>			
Agricultura Açai	2.413,83	2.051,75	2.775,90
Agricultura Diversificada	2.212,59	1.880,70	2.544,48
<b>3º Nível Categórico</b>			
Agricultura Diversificada (Laranjal do Jari)	1.296,00	1.101,60	1.490,40
Agricultura Diversificada (Mazagão)	1.985,10	1.687,33	2.282,86
Agricultura Diversificada (Oiapoque)	3.191,85	2.713,07	3.670,63
Agricultura Diversificada (Perimetral Norte) <sup>1</sup>	2.275,00	1.933,75	2.616,25
Agricultura Diversificada (Sul) <sup>2</sup>	1.486,54	1.263,56	1.709,52
Agricultura Mandioca (Sul) <sup>2</sup>	1.588,57	1.350,29	1.82

<sup>1</sup> Perimetral Norte: Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio.

<sup>2</sup> Sul: Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari.

PPR integrante do Relatório de Análise de Mercados de Terras do Estado do Amapá (RAMT-AP) - Processo Adm. nº. 54000.056973/2022-46

## Valor de Terra Nua (VTN) no Mercado Regional de Terras (MRT) Oeste

Abraçãncia: Laranjal do Jari, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Vitória do Jari.

Tipologias	VTN (R\$/ha)	Campo de Arbitrio	
		Inferior	Superior
Geral	1.605,99	1.365,09	1.846,89
<b>1º Nível Categórico</b>			
Agricultura	1.664,53	1.414,85	1.914,21
<b>2º Nível Categórico</b>			
Agricultura Açai	1.564,27	1.329,63	1.798,91
Agricultura Diversificada	1.760,36	1.496,31	2.024,42
<b>3º Nível Categórico</b>			
Agricultura Diversificada (Laranjal do Jari)	1.018,00	865,30	1.170,70
Agricultura Diversificada (Mazagão)	1.737,87	1.477,19	1.998,55
Agricultura Diversificada (Oiapoque)	2.460,95	2.091,81	2.830,10
Agricultura Diversificada (Perimetral Norte) <sup>1</sup>	1.621,25	1.378,06	1.864,44
Agricultura Diversificada (Sul) <sup>2</sup>	1.258,85	1.070,02	1.447,68
Agricultura Mandioca (Sul) <sup>2</sup>	1.365,24	1.160,45	1.570,02

<sup>1</sup> Perimetral Norte: Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio.

<sup>2</sup> Sul: Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari.

PPR integrante do Relatório de Análise de Mercados de Terras do Estado do Amapá (RAMT-AP) - Processo Adm. nº. 54000.056973/2022-46.

### **7.1.1 Comportamento dos MRT 's Leste e Oeste**

Este é o quarto RAMT elaborado na Superintendência Regional do INCRA/AP, anteriormente, a referências sobre o valor de terras no Estado, eram somente as contidas nas Pautas de Valores de Terra Nua da SR-21/AP dos anos de 2008 e anteriores, que apresentavam dados de VTN com preços diferenciados por município, o que difere da atual PPR, na qual os preços são classificados por tipologia de uso e por mercados regionais.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A composição do Relatório de Análise de Mercado de Terras-RAMT da SR(AP) observou, para sua realização, os procedimentos do Módulo V do Manual de Obtenção de Terras e Perícias Judiciais e Instrução Normativa nº 116, de 19 de abril de 2022.

A Planilha de Preços Referenciais (PPR) é um referencial a mesma tem como objetivo servir de parâmetro na busca do justo preço, de acordo com o comportamento do mercado de terras rurais. Este nem sempre acompanha a evolução dos índices econômicos, haja vista que o mercado é caracterizado por possuir dinâmica própria. Nesse documento de referência, os valores unitários médios, em tese, decorrente de pesquisas no mercado regional, são apresentados por Mercado Regionais, ou seja, expressam valores coletados em diversos municípios e não representam valores específicos de preços de terras de uma determinada localidade ou imóvel.

Portanto, os dados (Preços médios de VTI e VTN) servem apenas de referência e não se destinam a avaliar imóveis rurais. Na análise comparativa referente ao último trabalho de campo realizado (RAMT 2019) notasse o aumento percentual dos preços das terras rurais.

## 8 Referência Bibliográfica

Atlas de Unidades de Conservação do Estado do Amapá. <Disponível em <http://www.mpap.mp.br/download/107-atlas-das-unidades-de-conservacao-do-estado-do-amapa>>. Acessado em 02/05/2016.

COSTA NETO, S. V. da e SILVA, M. S. da. Vegetação. <Disponível em: [http://www.iepa.ap.gov.br/estuario/arq\\_pdf/vol\\_1/cap\\_5\\_vegetacao\\_atual.pdf](http://www.iepa.ap.gov.br/estuario/arq_pdf/vol_1/cap_5_vegetacao_atual.pdf)>. Acessado em mai/2016

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária -Embrapa. Integração Lavoura-Pecuária-Floresta: dia-de-campo-da-soja, 2014. <Disponível em <https://www.embrapa.br/tema-integracao-lavoura-pecuaria-floresta-ilpf/busca-de-noticias/-/noticia/2010451/ji-dia-de-campo-da-soja-reune-produtores-e-extensionistas-do-amapa>>. Acessado em 28/03/2016.

Fundação Nacional do Índio - FUNAI,2016). <Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acessado em 28/04/2016.

Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – FAPUR: A socioeconomia e o setor florestal do Estado do Amapá (diagnóstico). 2013.

Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA. Diagnóstico do setor mineral do Estado do Amapá. Macapá. 2010. 150p.

Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA. Estrutura e dinâmica socioeconômica. <Disponível em [http://www.iepa.ap.gov.br/estuario/arq\\_pdf/vol\\_3/cap\\_4\\_estrutura\\_e\\_dinamica\\_socio\\_economica](http://www.iepa.ap.gov.br/estuario/arq_pdf/vol_3/cap_4_estrutura_e_dinamica_socio_economica). Acessado em 04/05/2016.

Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística – IBGE. <Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.phpsigla=ap>>. Acessado 13/03/2019.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA. Superintendência Regional no Amapá. Planilha de Preços Referências 2019.

SALGADO, M. S.; ASSUNÇÃO, D. E. P.; SANCHES, F.B. O estado do amapá: considerações sobre a formação territorial recente. Anais do XVI encontro Nacional dos Geógrafos, 2010. <Disponível em <[www.agb.org.br/evento/download.php](http://www.agb.org.br/evento/download.php). Acessado 05/05/2016.

SOUSA, Walter P. de; EULER, Ana Margarida C. Diagnóstico do Setor Produtivo e da Comercialização da Castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) no Território Sul do Amapá IV Congresso Brasileiro de Agroecologia/ II Congresso Latino Americano de Agroecologia – 09 a 12 de Novembro de 2009. Curitiba Paraná Brasil.

Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Potencialidades regionais estado do Amapá. 56p. 1999

TAVARES-DIAS, M. Piscicultura continental no Estado do Amapá: diagnóstico e Perspectivas. Embrapa: Boletim de pesquisa e desenvolvimento. Macapá/AP. 2011.